

## O crédito sem carbono<sup>1</sup>

Guilherme Teixeira<sup>2</sup>

Fred Seifert<sup>3</sup>

A discussão sobre créditos de carbono nunca foi tão forte: a regulamentação do artigo 6 do Acordo de Paris, que aborda esse tema, vem sendo objeto das últimas COPs e a falta de definição em Dubai gerou frustrações. No Brasil, o debate cresceu em 2023 com a aprovação do projeto de lei que regulamenta o mercado de crédito de carbono e que será avaliada pelo Senado durante 2024 – mas não sem gerar polêmicas.

**\*\*Um dos principais fatores de desaprovação ao texto foi a ausência do agro neste mercado, já que, sozinho, representa cerca de um quarto das emissões de gases de efeito estufa (GEE) do país (SEEG, 2023).\*\*** Sem créditos de carbono para mobilizar recursos climáticos para este setor, fica a dúvida: como gerar (e financiar) uma verdadeira transição à economia de baixo carbono no país? A futura interação entre mercados voluntários de carbono, já existentes, e o mercado regulado também gera apreensões. Ao mesmo tempo, empresas e instituições financeiras já vêm pensando em como se posicionar.

Trata-se de um movimento importante, mas que não pode ocultar o papel de outro instrumento financeiro: o crédito. Sim, simplesmente o crédito – sem complemento: disponibilização de recursos financeiros para um indivíduo ou organização que se compromete a devolver essa quantia com juros em um prazo definido.

Esse instrumento milenar, criado justamente para permitir o desenvolvimento de atividades agrícolas, não deve ficar à sombra do crédito de carbono pois tem papel fundamental na transição para uma economia de baixo carbono, de diferentes formas.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/esg/artigo/o-credito-sem-carbono.ghtml>

Acessado em 21.02.2024

<sup>2</sup> Sócio líder para o setor financeiro para Brasil na ERM

<sup>3</sup> Sócio líder para o setor financeiro para América Latina e Caribe na ERM

Primeiro, empresas e produtores rurais necessitam de capital para tecnologias de redução de emissões e adaptação aos eventos climáticos, como secas e inundações – que serão mais frequentes e intensas. Essa necessidade de capital se traduz em demanda por crédito. Portanto, abre grandes oportunidades para provedores de crédito, como bancos, fundos de crédito, traders e outras grandes empresas das cadeias de valor.

Outra forma de usar o crédito como aliado da sustentabilidade é trabalhar não só com o objeto de financiamento, mas com as condições. Tomadores de crédito que adotem práticas mais sustentáveis podem ter menores taxas, maior carência ou prazo total para pagamento, ou mesmo assistência técnica associada. Afinal, práticas menos sustentáveis podem significar maior risco.

A vantagem é que nenhuma dessas abordagens requer a criação de novos instrumentos financeiros. É o crédito como ele é, mas a serviço da sustentabilidade – uma discussão que não é nova, mas está atrasada. Para o agro brasileiro, por exemplo, essa alavanca precisa ser movimentada.

O Brasil já tem histórico de experiências do crédito como um facilitador para práticas mais sustentáveis. Desde 2010, o Plano ABC financia, com taxas subsidiadas, práticas como integração lavoura-pecuária-floresta e recuperação de pastagens degradadas, entre outras técnicas que ajudam a diminuir as emissões de GEE.

O Plano Safra 23-24 ampliou benefícios a produtores que demonstrem práticas sustentáveis. Discutir esses benefícios e o desenvolvimento de iniciativas semelhantes pelo setor privado é mais imediato que pensar no crédito de carbono.

Isso pode ser incorporado à tão falada necessidade de atrairmos capital internacional para combate às mudanças do clima no Brasil, remunerando quem contribui para isso. Cada vez mais investidores no mundo buscam oportunidades de alocar capital atentando para a questão climática. Instrumentos de crédito tradicional como o Certificado de Recebíveis do Agronegócio, que desde 2021 podem ser emitidos em dólar, devem apoiar a financiar essa transição.

De fato, há um valor estimado de mais de US\$ 5 trilhões no mundo em fundos e emissões de títulos verdes (UNCTAD, 2021). Muitos desses recursos são dedicados a energias renováveis, transporte e indústria – e em países mais desenvolvidos. É bem verdade que, a nível global, estes são os maiores emissores de GEE no mundo, mas há um potencial enorme para aumento da participação de setores relevantes na América Latina neste bolo, que tende a crescer.

É verdade que estamos atrasados no desenvolvimento de mercados de crédito de carbono, mas eles não devem ser vistos como bala de prata. Sendo um mecanismo financeiro novo, carente de regulação, com alta percepção de riscos

por parte dos agentes, além de incertezas a respeito da mensuração do seu real impacto, há obstáculos a serem superados para contribuir efetivamente a uma economia de baixo carbono – e com pouco prazo para resolução, dado o que diz a ciência.

E ainda há o risco de greenwashing: já vemos no mundo iniciativas pouco coerentes, como instituições financeiras desenvolvendo soluções para negociação de créditos de carbono enquanto não se preocupam em reduzir o financiamento a atividades carbono-intensivas, e a falta de transparência sobre créditos gerados e seus benefícios reais.

Precisamos acelerar o uso do crédito tradicional incorporando aspectos sustentáveis. Necessitamos de linhas de financiamento, capital de giro e títulos de dívida capazes de mobilizar os trilhões necessários para uma economia mais resiliente e sustentável, junto com outros mecanismos financeiros tradicionais – como o investimento em ações. Novos instrumentos, como créditos de carbono vêm para somar, não para resolver. Definitivamente, o crédito “sem carbono” não é como futebol sem bola ou Romeu sem Julieta: ele pode e deve ser protagonista.